

**Veículo:** BNC Brasil Norte Comunicação  
**Editoria:** Poder  
**Tipo notícia:** Reportagem  
**Data de publicação:** 21/05/2026  
**Origem da notícia:** Iniciativa da mídia  
**Categorias:** Assunto de interesse | Suframa  
**Valoração:** 7.440,51

**FIEAM SESI SENAI IEL**

## **Promessa de campanha de Flávio Bolsonaro é pavorosa para a ZFM**

Presidenciável propõe suspender os efeitos da reforma tributária, que, no Amazonas, faz aumentar emprego, faturamento e atração de novos empreendimentos. A proposta defendida pelo senador Flávio Bolsonaro de suspender por um ano os efeitos da reforma tributária pode representar um duro golpe para a Zona Franca de Manaus (ZFM). Isso porque a suspensão pode ocorrer justamente no momento em que o Polo Industrial de Manaus (PIM) vive um ciclo de expansão, aumento do faturamento, geração de empregos e atração de novos investimentos internacionais. A avaliação é de lideranças empresariais da ZFM ouvidas pelo BNC. Elas enxergam na iniciativa um risco direto à previsibilidade e à segurança jurídica conquistadas pelo Amazonas durante a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional. A proposta foi revelada em reportagem da Folha de S. Paulo desta quinta-feira (21), na qual o coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro, o senador Rogério Marinho, afirmou que o grupo pretende apresentar uma PEC para suspender a entrada em vigor da reforma tributária por um ano, a fim de “rediscutir” o texto aprovado. Para o setor produtivo amazonense, no entanto, a medida abre espaço para desmontar um equilíbrio político construído após anos de embate entre o Amazonas e estados que historicamente tentam enfraquecer o modelo Zona Franca. “Tudo o que foi garantido e fortemente discutido pode ser desconstruído”, afirmou uma importante liderança empresarial da ZFM, em conversa reservada com a reportagem. Segundo a fonte, a reforma tributária não concedeu novos privilégios ao Amazonas, mas apenas preservou a competitividade e a excepcionalidade constitucional já asseguradas à Zona Franca de Manaus. “Não há privilégios. Há manutenção de diferenciais competitivos, considerando a importância da região, a distância, a necessidade de desenvolvimento”, afirmou. A preocupação do empresariado é que a suspensão da reforma reabra uma disputa nacional já superada no Congresso e volte a colocar em xeque garantias obtidas pelo Amazonas após intensa articulação política e econômica. A avaliação é de que interromper a implementação da reforma neste momento também significa interromper os efeitos positivos que já começam a ser sentidos no Polo Industrial de Manaus. Nos últimos meses, a ZFM vem registrando crescimento de faturamento, aumento na geração de empregos e retomada da confiança de investidores, impulsionados principalmente pela previsibilidade jurídica trazida pela reforma tributária. Dados recentes da Suframa mostram crescimento do faturamento da ZFM no primeiro trimestre de 2026, além da ampliação dos postos de trabalho no setor industrial. Ao mesmo tempo, empresas estrangeiras começam a anunciar investimentos em Manaus. Um dos casos mais recentes é o de uma fabricante chinesa que escolheu a capital amazonense para produzir no Brasil, conforme revelou o portal BNC Amazonas. Para empresários, esse movimento é resultado direto da estabilidade regulatória consolidada pela reforma. “Esse movimento de empresas vindo para Manaus, faturamento recorde já no primeiro trimestre, geração de emprego crescendo, tudo isso é decorrência de uma previsibilidade e segurança garantidas com a reforma tributária”, disse a

fonte. Além do impacto regional, lideranças do setor avaliam que a suspensão da reforma criaria insegurança econômica em todo o país. “Ele vai causar o caos no país todo, porque traz um problema de paralisação. E, especificamente para a gente, joga em risco um ambiente que voltou a atrair investimentos”, afirmou. A reforma tributária foi aprovada após décadas de discussão e incluiu mecanismos específicos para preservar a competitividade da Zona Franca de Manaus dentro do novo modelo de tributação sobre consumo. Na prática, o Amazonas não conquistou vantagens adicionais. O estado apenas conseguiu manter as condições necessárias para sustentar o modelo industrial em uma região marcada pelos desafios logísticos, pela distância dos grandes centros consumidores e pela necessidade estratégica de desenvolvimento da Amazônia. Por isso, dentro do setor produtivo, a ideia de “revisar” ou suspender a reforma é vista como um retrocesso que ameaça desmontar um consenso nacional já alcançado em torno da preservação da ZFM.

**Site: <https://amazonclip.com.br/noticia/visualizar/652530/12>**